

**EMENDA Nº -**  
(a MPV nº 851, de 2018)

Inclua-se no art. 1º da MPV nº 851, de 2018, a alteração do art. 45, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014, com as seguintes redações:

Art. 1º A Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 45


II – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo na hipótese em que haja compatibilidade de jornada de trabalho.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Nos municípios Brasil afora é muito comum que assistentes sociais sejam funcionários públicos por meio período e exerçam outro meio período nas organizações da sociedade civil, por exemplo. Essa motivação nos chegou para aprimorar a redação da Lei 13.109, 2014, mantendo a ideia de que não se deve pagar servidores públicos com recursos da lei mas que as hipóteses de exceção sejam analisadas no caso concreto com a compatibilidade da jornada e não com autorização legislação específica e de diretrizes orçamentárias. No atual estágio de desenvolvimento da sociedade civil organizada brasileira, queremos fomentar e não obstacularizar os arranjos locais.

Pedimos o apoio dos membros desta Comissão para a aprovação desta **Emenda**.

Sala da Comissão, 17 de setembro de 2018

  
**Deputado Federal Nilto Tatto**  
**PT/SP**